

OS CAMINHOS DA INTERAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E TEORIA

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

johnysant@gmail.com

Professor do Curso de História CCHL/UFPI e do Programa de Pós- Graduação em
História do Brasil PPGHB/UFPI

RESUMO

História e Historiografia constituem-se como elementos indissociáveis do conhecimento histórico. A História se firma como uma ciência plena com estatuto autônomo com formulações teóricas, metodológicas e abordagens específicas, constituídas pela relação entre este saber e suas indagações. A Historiografia, cujos sentidos são múltiplos, neste trabalho será entendida como o resultado da trajetória percorrida pelos estudos históricos, pois elas anunciam certas intervenções que envolvem o historiador, a reflexão histórica, o trabalho com os documentos, a forma de construção das narrativas e o próprio passado. Este artigo pretende mostrar a trajetória da relação estabelecida entre a história e o fazer histórico, com fins a compreender as diferentes possibilidades de sua escrita.

Palavras-chave: História; Historiografia; Teoria da História; Historiadores; Escolas Históricas.

ABSTRACT

History and Historiography consist of inseparable elements of historic knowledge. History, it stands as a full science with an autonomous status with theoretical, methodological approaches and specific formulations, constituted by the relationship between this knowledge and their questions. The Historiography whose meanings are multiples, in this work will be understood as the result of the evolution by historical studies, because they foretell certain interventions involving the historian, historical reflection, work with documents, so the construction of the narratives and the own past. This article aims to show the trajectory of the relationship between history and the do of history, with the purpose to understand the different possibilities of its writing.

Keywords: History; Historiography; Teory of History; Historians; Historical Schools.

Introdução

A partir da prática docente no curso de História, lecionando Historiografia, foi possível constatar que uma das maiores preocupações dos estudantes, por vezes, revelasse em lidar com os desafios de compreender a disciplina e sua operacionalidade em outras palavras como ela pode ajudar na reflexão de seu conhecimento. À *priori*, esse texto tem três propósitos: apresentar uma proposta de entendimento da Historiografia para os discentes iniciantes, sendo esta entendida como um instrumento de compreensão da história.

A outra proposta visa mostrar como se processou os estudos históricos, em linhas gerais tomando os principais nomes da Antiguidade, desde a perspectiva dos gregos, para então avançarmos em linhas gerais pela narrativa dos romanos, passando pela Idade Média, pelo Renascimento até a chamada Idade da Razão, onde, após a Revolução Francesa e chegada do século XIX, quando vislumbrou-se o nascimento das grandes teorias da história e elementos como o romantismo e o cientificismo ajudaram a moldar o que se convencionou chamar de escolas históricas, entre elas o marxismo, o historicismo, e a escola metódica; Por fim, seguramente uma das principais razões para a escrita desse texto é tentar desmistificar o estudo da referida disciplina, tida por vezes como “um pouco complexa”.

A maioria dos estudantes da graduação de História, em distintos momentos de suas vidas acadêmicas, ao desenvolverem atividades de pesquisa e de ensino, nomeadamente depara-se com o problema de se situar no âmbito da História a partir das linhas e campos de investigação¹.

Em nossa proposição de compreender tal relação, optamos por um limite e não tomamos o caminho de discutir a escola dos *Annales* e seus desdobramentos, bem como as demais possibilidades teórico metodológico que ganharam força no século XX, por entendermos que ultrapassaríamos os nossos objetivos iniciais de introduzir uma discussão simplificada sobre a historiografia e sua relação com a história. Uma abordagem sobre os *Annales* será proposta em outro estudo.

De igual forma, não enveredamos para a pesquisa em História no Brasil do século XIX, as reflexões sobre o IHGB seus intelectuais, e o posterior desenvolvimento de uma história científica e outros encaminhamentos pelo século XX, poderão ser discutidos em outro estudo.

¹ A priori no Brasil muito já se tem feito no sentido de tornar mais claro a ideia sobre os campos e linhas de pesquisa ao observarmos os trabalhos de: (BARROS, 2004; 2013) e (REIS, 1996; 2003).

Ao propor tal trabalho, fizemos muito a partir da preocupação com a própria investigação histórica (teoria e método) que se desenvolve no âmbito acadêmico, estando certo que um objetivo maior seja alcançado, o de atingir os aprendizes da arte de Clio.

Relação História, Historiografia e Teoria

De fato, para a existência de investigação histórica, faz-se necessário atentar para três propostas básicas, e referem-se às clássicas perguntas quando? Onde? E por que? Dessa forma, quando deparamos sobre um conjunto documental, devemos ter em mente pelo menos uma delas, e para a correta formulação da pergunta existem diferentes modos de abordagem. Nesse percurso também deve ser levado em consideração a compreensão do que seja historiografia.

No atual contexto da pesquisa histórica tem-se privilegiado o uso de múltiplas e novas fontes, mas há também uma constante releitura de fontes consideradas “clássicas” na busca de respostas às novas questões lançadas a elas. Isso exige elaboração de novos métodos ou readequação dos já experimentados.

Assim, os mecanismos teóricos devem ser tratados e refinados a fim de se obter um melhor emprego no diálogo com as fontes, e por fim podendo ser aplicadas para a pesquisa histórica. De uma maneira geral, partindo do entendimento que tão importante quanto a pesquisa e apresentação dos seus resultados é o próprio diálogo teórico metodológico que se torna merecedor de atenção especial, pois esse representa os caminhos pelo qual a investigação é conduzida.

A História, portanto se firma como um campo autônomo de formulações teóricas, métodos e abordagens específicos, motivados pela relação entre este saber e suas inquições.

A Historiografia pode ser compreendida como o resultado da trajetória percorrida pelos estudos históricos, que expressam determinadas operações envolvendo o historiador, o pensamento histórico, o trabalho documental e as narrativas.

Dessa forma, compreenderemos que História e historiografia são dois aspectos indissociáveis do conhecimento.

Nesse ponto, a teoria e a metodologia da história, os historiadores e as obras históricas devem ser considerados para debater as diferentes possibilidades de escrita da história. É exatamente nesse contexto que se torna possível afirmar que uma das maiores inquietações dos estudantes de História por vezes revela-se no desafio em lidar com a tais discussões.

Significado da Historiografia: sentidos múltiplos e possíveis explicações

Inicialmente, propomos uma tentativa de compreensão do termo “História”, que segundo Carie-Jabinet (2003, p. 11) é uma palavra que possui duplo sentido porque designa tanto o acontecimento como a narrativa que faz parte do mesmo acontecimento. Ainda segundo a autora, a sua raiz etimológica seria indo-europeia que seria “wid”, que quer dizer saber. É Heródoto quem adota a palavra como título da sua escrita (JABINET, 2003, p.12).

Para Keith Jenkins, em uma tentativa de buscar uma definição, que o mesmo apontou como “sua” a história seria então: “um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente [...]” (2005, p. 52).

À *priori*, não procuramos uma definição nem para a História e nem para Historiografia, mas em linhas gerais Historiografia significaria “escrita da história”, esta pode ser entendida tanto no sentido “*stricto*” de: “como a história *deve ser* escrita”, ou seja, a partir de uma visão científica uma teoria e uma metodologia da história, quanto a partir do sentido “*lato*” de: “como a história foi escrita” ou que comumente chamaríamos de uma história da história.

Haveria então incongruências entre os significados de História da História e Historiografia? É certo que não, uma vez que o vocábulo Historiografia apresenta diversos sentidos, este teria surgido no século XIX, “em imitação aos historiadores poloneses e alemães, que significa conforme os casos: a arte de escrever a história a literatura histórica” (CARIE-JABINET, 2003, p. 16). A mesma autora aponta ainda que esta seria “a história literária dos livros de história” (LITTRÉ, 1877 Apud: CARIE-JABINET, 2003, p. 16).

Por outro lado, a palavra Historiografia vem do grego de “historiógrafo”, e obviamente relaciona-se a palavra “História” que tem origem na raiz “escrever”, ou seja,

“o que escreve, ou descreve, a História” é uma palavra com vários sentidos, portanto possibilita que ela tenha vários significados. A Historiografia então assinala não apenas o registro escrito da História, mas a memória estabelecida pela humanidade através da escrita do seu próprio passado.

Contudo, a Historiografia, tal como a própria etimologia da palavra significa, são os escritos (grafia) da história. Assim, ao mencionarmos a História de uma Civilização falamos de seu passado e ao falarmos dos escritos acerca da História desta Civilização estaremos falando de sua Historiografia.

Ainda para Carrie-Jabinet, “a palavra pode conforme o contexto referir-se as obras históricas de uma época, as obras dos séculos posteriores sobre essa época ou ainda à reflexão dos historiadores sobre essa escrita da história” (2003, p 16) e, finalmente, estabelece um juízo de valor que nos faz refletir mais ainda sobre a relação das duas, pois de acordo com a autora o termo “historiografia” talvez seja mais ambíguo do que o vocábulo “história” (2003, p.16).

A rigor, a Historiografia formal teria um rigor metodológico que a circunscreve em uma perspectiva científica, muito embora historiadores provocadores como Paul Veyne conteste essa noção científica da história ao indagar continuamente sobre o seu status de ciência ao afirmar que “será a história uma ciência? Debate vão! Não seria a colaboração de todos os pesquisadores desejável e a única fecunda?; ‘não deveria o historiador dedicar-se a construir teorias?’ - Não” (VEYNE, 1998, p. 11).

Mesmo com o debate contemporâneo, a respeito da noção de ciência, pode se afirmar que esta ideia nem sempre esteve presente no universo do Historiador. Le Goff afirma que “desde o início do século [XX], e, sobretudo, nos últimos vinte anos, vem se desenvolvendo um ramo da ciência histórica que estuda a evolução da própria ciência histórica no interior do desenvolvimento histórico global: a historiografia, ou história da história” (1990, p. 07).

Nos dias atuais deduzimos que Historiografia é uma metodologia sob a qual o historiador trabalha. Portanto, é o conjunto do que ele retirou bibliograficamente para embasar suas colocações.

Historiografia a partir dos gregos e sua continuidade com os romanos

No século V a.C. tem-se com os Gregos, particularmente com Heródoto de Halicarnasso, que viveu entre 485 a.C e 420 a.C, as primeiras tentativas de investigação do passado por meio da eliminação da perspectiva mitológica, é com ele que se inaugura a narrativa histórica procurando desvincula-la do mito (CARIE-JABINET, 2003, p. 13).

Há um abandono na história do estudo das "*coisas divinas*", ao tempo em que se inicia uma preocupação com os "*eventos humanos*". Com Heródoto houve um avanço ao propor a busca da causa entre os fatos históricos bem como os motivos que determinava tais fatos, o que passou a ser um fator de extrema importância naquele momento, Heródoto ao mesmo tempo introduziu duas outras inovações o trabalho com a geografia e com a etnologia, sua escrita era essencialmente caracterizada por um estilo agradável cujo prazer em narrar acabou sobrepondo a sua preocupação com a veracidade dos fatos.

Além de Heródoto, a historiografia grega se fez representar com outras figuras importantes no cenário da narrativa, dos quais se destacaram Tucídides nascido na cidade de Atenas, Grécia em 460 a.C e Políbio oriundo da cidade de Megalopolis igualmente na Grécia tendo vivido entre 203 a.C. e 120 a.C . Pelo rigor que colocou na seleção dos testemunhos e pela imparcialidade que pretendeu introduzir na narrativa, a figura de Tucídides foi de grande importância pela renovação dada, mas foi com Políbio que foi realizada a transferência do conhecimento historiográfico dos gregos aos Romanos.

A História a partir de Roma passou com os seus seguidores a assumir uma perspectiva universal, sobretudo com Suetônio historiador nascido em Roma, no ano 69 da era cristã tendo falecido por volta de 141 d.C, sua preocupação foi narrar o governo dos Imperadores Romanos, na obra *De vitis Caesarum* (A vida dos Doze Césares) ligando estes e suas biografias a uma perspectiva de História Universal², ao contrário– levando-se em consideração a distancia temporal que liga os historiadores–da escrita de Heródoto e Tucídides, cuja narrativa tinha como característica uma conotação mais regionalista.

No mundo romano destacaram-se especialmente Tito Lívio nascido na cidade de Pádua, em 59 a.C. e falecido na mesma cidade em 17 d.C, era portanto um escritor que

² A biografia dos doze primeiros imperadores romanos escrita por Suetônio constitui-se numa das mais importantes fontes sobre Roma antiga, e foi escrita a época do imperador Adriano, em muitos aspectos a obra de Suetônio pode ser comparada aos trabalhos de Tácito que cobrem mais ou menos o mesmo período ver: (SUETÔNIO, 2004).

produziu em um momento de transição para o estado Romano, sua obra máxima centrou-se exatamente em uma História da cidade de Roma *Ab urbe condita* que significa (Desde a fundação da cidade).

Outro historiador de destaque foi Tácito nascido em 55 d.C, em uma região da Galia que seria possivelmente no Sul da França, foi um dos primeiros historiadores Romanos a fazer referencia aos cristãos na obra *Annales* (Anais) e aos germanos, a obra cobre a vida dos quatro imperadores que sucederam a César Augusto entre os quais Tibério e Nero.

De modo geral, é possível observar na historiografia romana, uma falta de intensidade ao que se refere à metodologia e que em relação aos gregos (guardando as proporções) pode se dizer que houve poucos avanços. Mas é com Tito Lívio que em sua história de Roma *Ab urbe condita* (Desde a fundação da cidade), pode-se vislumbrar a introdução de algum método na investigação histórica.

Durante muito tempo, Tito Lívio foi visto como um escritor de pouca aptidão histórica, superficial e tradutor negligente, e, de um modo geral, seria tido como um historiador deficiente (WARRINGTON, 2004, p. 232). Por outro lado, Tito Lívio pode ser entendido como um historiador de visão muito crítica das fontes, sempre preocupado em utilizar um elemento característico do mundo romano naquele momento, a perspectiva pedagógica, onde os feitos históricos são exemplos importantes para serem lembrados como modelos a serem seguidos (WARRINGTON, 2004, p. 235).

Apesar da proposta de Tito Lívio, é com Tácito que a perspectiva pedagógica tem o seu ponto alto, é em sua obra, especialmente nos seus *Anais*, encontramos um relato carregado de parcialidade e julgamentos sobre a natureza dos Imperadores romanos³.

De maneira mais ampla, é possível afirmar que a historiografia Greco-Romana teria como característica o pragmatismo, e um sentido didático, sobretudo nas obras dos escritores romanos, cuja preocupação com a exaltação do espírito nacional passou a fazer-se presente em sua sociedade, praticamente desde o seu surgimento como potência ao largo da bacia do mediterrâneo.

Da Idade Média europeia ao Renascimento

³ Sobre a natureza da Narrativa em Tácito ver: (MARQUES, 2010).

Com a chegada da Idade Média, a historiografia sofreu um retrocesso em relação do que se havia avançado, sobretudo ao que se refere ao espírito de exaltação nacional que se construiu no mundo romano, uma vez que essa ideia havia se rompido com o fim desse Império, e passou a mostrar relações teológicas que lhe transmitiram uma característica apocalíptica, e de providencialismo divino, carregado de um relativo pessimismo. Deus passou a ser o centro das reflexões do homem.

Nessa perspectiva, a obra de Eusébio de Cesareia, nascido em 265 d.C e falecido em 339 d.C na região da Cesareia Marítima na época sob domínio romano, atualmente onde se encontra o moderno estado de Israel, se insere bem nessa concepção providencialista, tem enfoque finalista e imprime a essa visão uma ideia de celebração do triunfo da igreja, centrada numa lógica factual cujo cerne do efeito é a vontade divina (TÉTARD, 2000, p. 34).

O caminho do homem passou a ser linear a “história humana começa com a Criação e comporta um momento central; está orientada para um fim (a *Parusia*, seguida do Juízo Final)” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 13).

As inquietações do historiador passaram a ser a justificação da vinda de Jesus Cristo ao Mundo, para logo em seguida a esse acontecimento, avaliar as suas dimensões. Essa era a perspectiva do Teocentrismo.

Ainda segundo Bourdé e Martin (1990, p. 13), nessa concepção, a história é vista como um itinerário, uma marcha da humanidade para a sua realização, para a eternidade celeste, por outro lado há um predomínio do pensamento de alguns medievalistas de achar que haveria uma incapacidade medieval em pensar a história como devir e na permanência das representações cíclicas milenaristas⁴.

Em outras palavras, passados mil anos, o Mal se desencadearia; só a assinatura de um novo pacto com Deus permite as forças do Bem triunfarem e acorrentarem as forças do Mal para que houvesse um novo milênio, os fatos passados serviriam então como uma alimentação à meditação dos fiéis.

Uma figura importante nesse contexto de historiografia cristã foi Santo Agostinho que apesar de ser identificado como medieval, ele foi um historiador profundamente marcado pela época em que viveu, ou seja, 354-430, fase final do Império Romano.

⁴ Ver os trabalhos de Georges Duby particularmente: *O ano mil*, em que discuti a visão da História para os monges de Cluny na França, especialmente o monge Raoul Glaber, ver: (DUBY, 2002).

Agostinho foi promotor de uma obra muito distinta, fazendo da história um auxiliar heurístico da fé, a história serviria então um propósito o de atingir a cidade celeste, não é por acaso que sua obra maior é *De Civitate Dei* (Cidade de Deus). “Em Santo Agostinho, a noção de história, tem, portanto uma forte conotação teológica” (TÉTARD, 2000, p. 36). A partir dessa ideia, a igreja e seus historiadores teriam herdado uma missão histórica de atribuir valores.

Por outro lado, houve considerável avanço na historiografia islâmica e hebraica tendo a primeira como grande expoente Ibn Khaldun, que estabeleceu um rigor metodológico que só atingiria o ocidente tempos depois. A sua obra maior foi o livro intitulado *Muqaddimah* (Introdução à história universal), publicado em 1377, trata-se de uma grande Introdução à História Universal, que se traduziu em “[...] uma série de estudos acerca da sociedade, objetivo que lhe obrigou a estabelecer uma severa e rigorosa metodologia de análise da história” (SENKO, 2011).

No universo cristão ocidental abriu-se espaço para um gênero de história que seria muito comum e duraria muito tempo, trata-se dos Anais e das Crônicas. Os primeiros relatam secamente os fatos ano a ano e dão um lugar bem definido aos acontecimentos políticos e militares, como por exemplo, a coroação de Carlos Magno. Os anais, em sua maioria, foram escritos em mosteiros trazendo sempre como marca uma preocupação de seus autores, a veracidade.

Já a Crônica é um tipo de gênero com pretensões muito amplas nesse aspecto o exemplo da obra do monge inglês Beda, nascido em 673 e falecido em 735, conhecido como *o Veneravel* é destaque por ter redigido a *Chronica de sex aetatibus mundi*, (tradução livre para: Crônica das seis idades do mundo), numa tentativa de escrever um tipo de história universal ao modelo da obra de Eusébio de Cesareia que havia traçado a vida de Abraão até o ano de 324 (BOURDÉ; MARTIN, p. 14, 1990).

Mesmo com o conhecimento monopolizado pela igreja no mundo cristão ocidental, houve também considerável avanço numa das regiões fronteiriças mais tensas entre o mundo cristão e islâmico, a Espanha, havendo destaque a figura de Isidoro de Sevilha nascido em Cartagena a 560, atuou com arcebispo na cidade Sevilha até sua morte em 636.

É na esteira da obra de Isidoro de Sevilha que os historiadores medievais deram importância a história oral, houve uma preocupação com a qualidade do testemunho a semelhança do zelo de Isidoro de Sevilha com essa forma de ver e construir a narrativa

histórica: “Entre os Antigos”, ninguém escrevia uma história da qual não tivesse sido testemunha pessoal (GUENÉE, 1980, p. 77 *apud*: CARRIE-JABINET, 2003, p. 27). De certa forma, Isidoro de Sevilha aparece ao mesmo tempo como a última testemunha da cultura antiga sendo referência obrigatória de toda uma cultura medieval da qual ele particularmente vivenciou.

A historiografia desse tempo também é fortemente marcada pela forma peculiar de narrar história onde há destaque pelo épico. Por essa época, igualmente, há uma preocupação maior com a preservação da memória e das datas que de alguma forma ajudam a construir as identidades e em grande medida possibilitou o estabelecimento do direito dos costumes (consuetudinário) e o fortalecimento do próprio Estado, “favorecendo a coleta e conservação de documentos” tal como diz Tetard (2000, p.45).

Nos séculos XI e XII dar-se a redescoberta dos autores antigos, principalmente os biógrafos o que acabou favorecendo a proliferação do gênero biográfico épico de narrativa que se funde aos grandes acontecimentos da época como as Cruzadas, por exemplo.

Faço referência às palavras de Colingwood, ao falar sobre a perspectiva do método analítico histórico que, segundo o autor, é característico a ambas as épocas, tanto a idade antiga quanto ao medievo, e se refere à importância do testemunho, “A história construída com base na extração e combinação dos testemunhos de diversas fontes” (COLINGWOOD, 1981, p. 316). O mesmo chamou tal método, de história de cola e tesoura.

Em outras palavras, Colingwood (1981, p. 317) observa que tanto na Antiguidade como na Idade Média este foi o único tipo de história conhecida em que os historiadores realizavam suas pesquisas ouviam uma série de relatos e reunia-os em uma narrativa ordenada cronologicamente. Essa observação não é uma regra, muito menos é partilhada por outros historiadores dedicados à história Antiga e Medieval⁵.

A chegada do Renascimento introduziu grandes alterações na historiografia, tornando-se novamente o Homem o centro do objeto de estudo da história. Assistiu-se a um reavivamento da cultura da Antiguidade Clássica e toda a sua herança que havia sido preservada nos mosteiros. Houve também uma ampliação muito fecunda das ciências ditas auxiliares da História, como, por exemplo, a Epigrafia, estudo das

⁵ Arnaldo Momigliano e François Hartog discordam de Colingwood quanto a essa ideia, ver artigo de Leandro Mendonça Barbosa: (BARBOSA, 2009, p. 237).

inscrições antigas, gravadas em matérias sólidas, a Arqueologia, responsável por estudar as culturas e os modos de vida do passado a partir da análise de vestígios materiais, e a Numismática, que é o estudo de moedas. Esse foi o tempo do Antropocentrismo.

Em um período conhecido como humanismo uma das figuras mais notáveis seria Jean Bodin, nascido em 1530, teoricamente teria sido o primeiro historiador a definir a história como uma ciência humana, distinta tanto da história natural, reservada aos eruditos quanto da história sagrada, reservada aos teólogos. Dessa forma, abandonou as questões que tanto perturbavam os historiadores medievais, o mito da era dourada, a data do fim do mundo, para enfim buscar uma explicação racional sobre a formação dos Estados ou o desenvolvimento e declínio das civilizações (CADIQU, [et al.], 2007, p. 53).

Em 1668 na época da Renascença italiana, em um período em que esta já se encontrava em declínio por causa da inquisição nasceu em Nápoles Itália, Giambattista Vico. Intelectual de origem humilde, tido como excêntrico levou adiante o seu projeto de uma Ciência Nova e em 1725 publicou uma obra intitulada “Princípios de uma ciência nova sobre a natureza comum das Nações”. Vico havia lido Francis Bacon e acreditava que devia ser possível aplicar os mesmos métodos que havia utilizado para o estudo do mundo natural para o estudo da história da humanidade. (WILSON, p. 9, 1986)

Além disso, Vico acreditava que através do estudo da etimologia e da filologia se poderia atingir o conhecimento da história dos povos mais antigos, desde as mitologias até o alvorecer da civilização. Vico lera também Grotius que defendia uma abordagem histórica da filosofia. (WILSON, p. 9, 1986). A obra de Vico influenciaria muito, anos mais tarde, a obra de Jules Michelet.

Da Idade da Razão ao século XIX e a construção do Estado Nacional

No período anterior a Revolução Francesa foi caracterizada por grandes pensadores, entre eles Voltaire, Montesquieu e Jean Jacques Rousseau, que lançaram as bases filosóficas para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por extensão, essa forma de pensar o mundo refletiu no estudo e na produção de textos históricos definindo uma nova orientação e investigação, passou-se a atribuir mais valor ao estudo das sociedades em detrimento ao estudo das grandes biografias.

O século XIX inaugurou a História Científica – Passou a haver uma preocupação com a verdade, com o método, com a análise crítica de causas e consequências, tempo e espaço. Tais concepções se definiram a partir do pensamento oriundo das concepções filosóficas que influenciaram em 1789 a Revolução Francesa.

Sobre o percurso da história em direção a um cientificismo, Barros nos aponta que,

À medida que a prática historiográfica avança em direção a uma historiografia científica do período moderno – passando antes pelas experiências historiográficas da Antiguidade, Idade Média e primeira modernidade – a necessidade de definir a História nos termos de sua relação específica com o tempo vai se reconfigurando como uma questão de primeira ordem (BARROS, 2013, p. 15).

A historiografia Liberal e Romântica que surgiu na esteira do movimento liberal que tomou conta da Europa em meados do século XIX tomou o Homem, as sociedades e os espaços da província e dos municípios, como cerne de suas reflexões. A construção dessa História tornou-se essencialmente regionalista, com ampla inspiração no passado da Idade Média, período que pode ser entendido com o de surgimento de algumas nacionalidades, essa forma de narrar introduziu um importante elemento, a subjetividade na narrativa.

É um momento de ampliação dos horizontes de historiadores que em sua maioria eram jornalistas e lideranças políticas, nomes como Adolphe Thiers, François Guizot e Augustin Thierry (que era professor e historiador na *École Normale Supérieure* – Escola Normal Superior) deram a tônica na pesquisa entre a primeira e a segunda metade do século XIX, e inflamaram a sociedade europeia com os seus escritos, houve um alargamento na quantidade de leitores com grande expansão das reflexões culturais.

O século XIX foi bastante proífico para o surgimento de historiadores românticos, entre eles, Alphonse de Lamartine e Jules Michelet. O historiador norte-americano Edmund Wilson (p. 16, 1986) aponta que comumente se alegava que Michelet era identificado como um romântico, no entanto, como o próprio Michelet afirmava, a sua grande preocupação era a construção de uma narrativa realista. Mas, em ambas as perspectivas, o emérito historiador francês, conservou o alto nível de reflexão e o estudo crítico das fontes, sem temer perder-se no estilo, e acabou servindo de inspiração para toda uma geração.

Os progressos metodológicos não os impediram de contribuir para as ideias políticas de seu tempo. Michelet, em sua grandiosa obra intitulada *Histoire de la*

Révolution française (História da Revolução Francesa), escrita entre os anos de 1847 e 1853, ajudou tanto na definição da nação francesa, quanto posteriormente para fortalecer o ideal de revanchismo antiprussiano (MICHELET, 1989).

Bourdé e Martin identificaram uma característica peculiar da obra de Michelet ao indicar que fora também um grande defensor da ideia de envolvimento do historiador com o objeto, pois segundo os mesmos “A objectividade não passa [...] de um falso problema. Longe de querer apagar-se, o historiador deve estar presente, com as suas paixões e emoções, a todos os níveis do seu trabalho” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 85).

Mas foi no decorrer da Terceira República francesa que não somente a pesquisa, mas o ensino da História tornou-se uma digna ferramenta de promoção a serviço do Estado para a concepção e formação dos cidadãos franceses, sendo que esta política oficial permaneceu quase que inalterada ao longo século XX, mesmo com advento da Escola dos *Annales* em 1929.

As vertentes da historiografia moderna (escolas históricas)

Grosso modo, poderíamos dizer que as vertentes da historiografia moderna situa-se a partir de meados do século XIX tendo como ponto de partida a Historiografia Positivista, que provem da chamada História Positivista (não tendo o mesmo significado do positivismo filosófico de Augusto Comte), seguida da Escola Metódica Alemã de Leopold von Ranke; pela obra de Fustel de Coulanges; pelo Historicismo Francês; e o Marxismo cujo cerne de sua abordagem metodológica é o materialismo histórico centrado a partir do pensamento de Karl Marx e Frederich Engels.

Já no século XX em resposta à tendência científica que a história havia tomado no século XIX surgiu na França a Escola dos *Annales*.

Para Barros, a escola dos *Annales* estava,

Conservando o milenar projeto de Heródoto de estudar as mudanças humanas, mas buscando conciliar esse projeto com as ambições de cientificidade trazidas pelas diversas ciências sociais que começavam a se afirmar nos primórdios do século XX com sua proposta de captar a regularidade social, os *Annales* teriam encontrado uma solução peculiar e única: enquadrar a mudança histórica na moldura da “longa duração” (2010, p. 97).

Os *Annales*, após desdobramentos subsequentes, encontra-se hoje mais ou menos situada em uma quarta geração mais precisamente o que chamamos de nova História e Nova História Cultural.

Existem, entretanto, tendências que não apresentam largas tradições no Brasil, como a perspectiva Toynbiana do historiador britânico Arnold Toynbe cujo cerne de seus estudos centra-se na investigação sobre o nascimento, desenvolvimento e queda de civilizações, ou aquilo que definia como o “ciclo das civilizações” Além da perspectiva alemã do destino Orgânico das Civilizações desenvolvida por Oswald Spengler (FONTANA, 1979).

O cerne da crença em Oswald Spengler se baseia no fato de que, “[...] a civilização é o destino inevitável de uma cultura”. Em outras palavras, cada sociedade nasce sob a forma de uma “cultura”, depois degrada-se sob a forma de uma civilização” (BOURDÉ; MARTIN, p. 56, 1983). Ainda de acordo com Spengler, Grécia e Roma são exemplos clássicos dessa ideia.

A compreensão de Arnold Toynbee a respeito do ciclo das civilizações baseia-se no seguinte esquema: “Primeiro o nascimento, depois o crescimento, e a seguir a decadência”. Em comparação a Spengler, que afirmava que uma civilização enfraquece porque é vítima de um envelhecimento biológico, para Toynbee uma civilização declina porque quer deixar de seguir como tal, seus exemplos clássicos são Atenas, Veneza e Constantinopla (BOURDÉ; MARTIN, p. 59, 1983).

Na atualidade escolas históricas, como os *Annales*, já apresentam derivações muita mais críticas a partir do desenvolvimento contínuo de novas ideias, ao ponto de várias concepções originais serem completamente descaracterizadas. O Marxismo, de igual forma, tem sido amplamente rediscutido a partir de suas bases (SHARP, p. 44, 1992).

As concepções históricas e metodológicas toynbiana e spengleriana, seguramente, não encontraram ressonância suficiente para a continuidade de seus estudos em nível acadêmico e nem tão pouco houve rediscussão de suas teorias originais nesse meio.

De uma forma geral, entende-se que há uma evolução do processo de estudos históricos dividido em três etapas diferentes: Uma fase Pré-científica que incorpora as historiografias Greco-Romana, Cristã-medieval e Renascentista, Uma fase de intermediação da idade moderna até ao longo do século XIX em que sobressaíram a

historiografia Racionalista ou Iluminista e a historiografia Romântica e Liberal para, finalmente, haver o advento da fase científica momento de aparecimento do Positivismo, do Historicismo, do Materialismo Histórico, e no século XX da escola dos *Annales* e seus desdobramentos.

O Positivismo de Comte

O Positivismo nasceu como corrente de pensamento na França sob os auspícios de Auguste Comte, Filósofo francês. A palavra Positivismo define-se como uma filosofia que investiga seus embasamentos a partir dos pressupostos da ciência e da organização técnica a fim de buscar uma sociedade moderna plena de conhecimentos absolutos. Para se chegar a esse conhecimento pleno existe um método científico que de acordo com as suas conjecturas é o único que tem validade.

Os juízos e reflexões que não podem ser demonstrados pelo método científico, como os da metafísica, por exemplo, e que não permitem a apreensão do conhecimento são considerados sem valor algum. Segundo, suas formulações uma tem destaque principal, a que considera os estágios de evolução histórica que as sociedades humanas passam que segundo a doutrina seriam três.

O teológico é o primeiro, para onde os fenômenos são expostos como produtos da ação de seres divinos sendo que estes intervêm arbitrariamente no mundo. O segundo os fenômenos são concebidos por forças abstratas este é o metafísico. O estágio final é o positivo, em que o ser humano renuncia à procura das causas íntimas dos fenômenos para, através da observação e de um método científico, constituir as leis gerais que os dirigem (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p 52).

Na concepção de Comte o Estado positivo, seria então à maturidade do espírito humano que não é mais enganado por esclarecimentos vagos, uma vez que pode alcançar o real, o certo e o preciso.

Apesar dessa visão aparentemente simples do tempo histórico por parte de Auguste Comte, sua teoria lançou as bases do Positivismo para a História que, segundo Colingwood (1986, p, 2), seria a aplicação da filosofia às ciências da Natureza, pois segundo as suas palavras: “os positivistas tentavam fazer da História não uma Filosofia, mas uma Ciência empírica como a Meteorologia” (COLINGWOOD, 1986, p, 2),

O positivismo constituiu-se um método que ainda hoje é, na sua essência, utilizado a fim de contrapor a subjetividade romântica. A função do historiador resume-se a pesquisa dos fatos sendo esta particularmente carregada de cuidados, na sua constituição e na sua posterior organização, o historiador passou a fazer a sua exposição através de uma narrativa o mais impessoal possível o que comumente passou a caracterizar o distanciamento que o historiador deve guardar do objeto.

Problemas do Positivismo que evoluíram para o Historicismo

O rigor do Positivismo para alguns historiadores não seria, integralmente, aplicável às ciências humanas. Assiste-se ao surgimento de um movimento denominado Historicista, este passou a dedicar maior atenção às questões de subjetividade e interpretação, sendo aproveitados muitos elementos do método positivo. Reis observa que Dilthey tentou fundar o que chama de “[...] a razão das ciências do espírito em condições científicas específicas, que respeitam ainda a historicidade e a singularidade” (REIS, 2005, p. 238).

Com essa lógica, “ele propõe um tipo de racionalidade concreta, particular e histórica”. Dilthey seria então um historiador intermediário, entre o romântico e o epistemológico. Ele teria produzido um tipo de Romantismo epistemológico (REIS, 2005, p. 238). A partir dessa premissa, e como aluno de Ranke, ele pode ser visto como alguém a frente do movimento historicista.

A História, para os positivistas, deveria ser redescoberta e não interpretada, passou a instituir-se num processo completo de subjetividade. Por meio da obra de Leopold von Ranke, é que de alguma forma se indica o caminho que se deveria seguir a pesquisa, ao dar grande importância aos aspectos econômicos no desenvolvimento das sociedades.

O Historicismo provém no final do século XIX, início do século XX, tendo Ranke como seu principal expoente. Dessa forma, “Ranke e os primeiros historicistas conseguiram impor o estatuto científico ao novo tipo de historiografia profissional que pretendiam apresentar como um modelo a ser seguido, sempre lembrando que estamos aqui nas primeiras décadas do século XIX” (BARROS, 2013, p. 978).

No entanto, ele criticava aquela história romântica feita por diletantes literatos e acreditava que a história tinha de ter embasamento no real e o mesmo se encontrava

nos documentos, assim ele criou um método para pesquisa histórica apresentação de fontes, crítica interna e externa do documento, e dessa forma propôs uma História Científica e não um passatempo como era feita até então.

Em fins do século XIX e início do XX, o Historicismo alemão foi uma perspectiva adotada por muitos historiadores preocupados com a “verdade” e o “exemplo” pedagógico na construção da nacionalidade, assuntos caros quando se tratava de moldar o caráter nacional de um Estado. Ranke “baseava-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado e de suas relações exteriores, pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado” (REIS, 1996, p. 11).

Através de Meinecke foi apresentado uma perspectiva de compreender o historicismo como um movimento romântico contra o racionalismo francês, este personificado no movimento iluminista, nessa proposta seria como uma oposição entre “o espírito alemão e o espírito ocidental no caso o francês” (REIS, 2002, p.13)

Com a proposta de construção da nacionalidade e do Estado alemão em oposição ao iluminismo e ao Estado francês, o historicismo acabou sendo usado como arma de combate pelos fundadores do Estado Nacional alemão contra os perigos representados pelo expansionismo francês. “O romantismo historicista visava vencer a predominância da cultura francesa. E fazer convergir sentimento da história e sentimento da nação independente” (REIS, 2002, p.13).

No mesmo período, na França, Fustel de Coulanges de certa maneira pode ser tido como um positivista, sendo o primeiro entre os historiadores franceses a escrever uma obra histórica a partir de uma perspectiva “científica” em sua totalidade. A história para Coulanges era “ciência pura” em contraposição a ideia de arte, ele somente concederia credibilidade ao que pudesse ser confirmado estando para tanto efetivamente documentado.

Fustel de Coulanges em grande medida foi o historiador que colaborou para a definição dos métodos da História erudita na França, e o primeiro a ponderar sobre o método com tamanha propriedade ao tomar o passado.

[...] como um objecto separado do historiador, que pode ser observado com ‘um olhar mais calmo e mais e mais seguro’ do que o presente, o que permite distinguir mais facilmente a ilusão da verdade. E também por prudências repetidas contra os impulsos da subjectividade:[...] (BOURDÉ; MARTIN. 1990, p. 78-79).

Para ele, “[...] A história é um ciência; não imagina; apenas vê; ou ainda: exige ‘um espírito absolutamente independente e livre, sobretudo a respeito de si mesmo’ [...]” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 78-79). Em sua concepção, a história deve se basear essencialmente nos documentos escritos “[...] O historiador só deve pensar segundo os documentos e escrever sob o seu ditame: ‘A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar do que não contêm’” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 78-79). Por fim, anuncia as qualidades de um bom historiador: “O melhor dos historiadores é aquele que está mais perto dos textos, que os interpreta com mais justeza, que só escreve e mesmo pensa segundo eles” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 78-79).

Se Coulanges deu à França um avanço sistemático no desenvolvimento de uma história erudita e científica, foi com outros historiadores que ela atingiu um fim científico e a um propósito Nacional.

A França depois da Alemanha foi o país onde este modelo de história científica encontrou acolhida. Sendo introduzido no país pelas mãos de historiadores como Gabriel Monod, Ernest Lavisse e Charles Seignobos, que haviam estudado na Alemanha e tinham no final do século XIX se tornado historiadores de notoriedade indiscutível na França, pois neste tempo lecionavam a partir do modelo de história científica alemã.

Os referidos historiadores franceses passaram em suas pesquisas a adotarem uma postura historicista, principalmente por seguirem os mesmos pressupostos defendidos por Leopold von Ranke, muito embora tivessem a preocupação de transformarem tais pressupostos para uma perspectiva francesa.

A chamada história científica encontrou na França um grande vetor de divulgação, a *Revue Historique* (Revista Histórica), fundada em 1876 por Gabriel Monod. A publicação, praticamente, tornou-se instituidora do modelo de história científica dentro da França, em termos de teoria e metodologia tinha uma postura de neutralidade e imparcialidade, cujo foco era a ciência positiva, por outro lado era inteiramente contrária às doutrinas políticas e filosóficas.

Depois que a revista foi fundada, Langlois e Seignobos, trabalharam diuturnamente para formar gerações de historiadores treinados no método científico. Paradoxalmente, um dos jovens estudantes de história daqueles seria Marc Bloch, o que contestaria os seus mestres revolucionando os métodos e a teoria da História em 1929.

Na França, a influência da história positivista contribuiu para o surgimento dos manuais escolares, igualmente pensados a partir da reflexão de Gabriel Monod e Ernest Lavissee, tornando-se um exemplo claro de adoção da história, como suporte a afirmação da nacionalidade francesa, para inspirar na juventude a imagem de uma pátria forte. Buscava-se, acima de tudo, uma identidade no passado de glória nos grandes vultos da França (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 110).

Outro introdutor do método histórico científico alemão na França foi o manual de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, chamado *Introduction aux études historiques* (Introdução aos Estudos Históricos), publicado em 1898, que tinha proposições claras sobre examinar as condições e os procedimentos referentes ao conhecimento histórico, bem como e indicar o caráter e os limites desse mesmo conhecimento.

Em outra frente, Ernest Lavissee por volta de 1890, reconheceu a necessidade de buscar uma ampla reconstituição do passado nacional Frances, e para tanto convocou um grupo “de historiadores conhecidos quase todos com cátedras nas universidades;” e propõem uma coleção monumental em nove tomos e dezessete volumes sobre a História da França (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 107).

Quando da Terceira República francesa de 1870 a 1940, a História Metódica participou da composição do ideário escolar, por meio dos manuais escolares. O manual mais conhecido chamava-se *Petit Lavissee* (Pequeno Lavissee) publicado inicialmente em 1884. O manual, tanto não continha a objetividade e a imparcialidade científicas intensamente divulgadas pelos seguidores da Escola Metódica original, como exibia um fundo ideológico ajustado no discurso nacionalista, na glorificação da pátria francesa, e no revanchismo ao inimigo alemão vitorioso de 1870, Trabalhava também, o culto às grandes personalidades e seus atos heroicos, eram.

livros destinados a crianças de 7 a 12 anos, o discurso ideológico [...], o traço é forçado, a língua é simplificada. A escola metódica expõe os seus princípios com toda a candura sem nenhuma mascara. Além disso, o grupo republicano, que cria a escola laica, gratuita e obrigatória, afirma claramente que a história não é neutra; que deve servir um projecto político (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 110).

Pode se observar uma outra apropriação da teoria com outros fins e propósitos que “Nestas condições a ciência histórica, que pretende a imparcialidade, a objetividade, revela-se um discurso ideológico que serve os interesses de um regime político ou manifesta as aspirações de uma comunidade nacional” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 115).

Por outro lado, a perspectiva fundada por Ranke, bem como a própria noção de história científica francesa posteriormente passou a ser criticada pela sua abordagem estritamente política e econômica, pois, via de regra geralmente era na documentação oficial que ficava mais evidente tais temas, além de haver ausência de reflexão e interpretação maior sobre os acontecimentos. Críticas já eram feitas muito antes dos anos 20. O ano de 1929 marcaria um novo tempo para os estudos históricos com o surgimento da escola dos Annales.

Marx e Engels: e o Materialismo histórico

Na segunda metade do século XIX, entre 1848 e 1867, surgiu uma nova doutrina filosófica, econômica, política e social formulada pelos teóricos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, e esta possibilitou investigar os aspectos econômicos da evolução das sociedades, tal perspectiva ficou conhecida como Materialismo Histórico.

Ambos os pensadores defendiam que a História compõe, em essência, uma "descrição" da luta de classes cuja premissa opõe explorados e exploradores. A economia constitui-se num aspecto de importância central para a evolução das sociedades, especificamente no que se refere ao monopólio dos meios de produção.

Marx distingue através da história, uma sucessão de modos de produção, que seriam os: modo de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 157). No entanto, essa periodização ainda parece pouco definida se levar em consideração as diferentes fases dos escritos de Marx. Assim, "a periodização da história proposta por Marx não se presta a uma leitura simplista" (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 157).

Mas, em linhas gerais, podemos apontar que o Marxismo dividiu a História em cinco grandes etapas, que seriam estas o Primitivismo; Escravismo; Feudalismo; Capitalismo; A Ditadura do Proletariado, fase em que ocorre a ruptura do capitalismo para o Socialismo, e esta última, sendo a fase de transição até o Comunismo. Marx dessa forma introduziu ainda ideia de descontinuidade na história.

De acordo com Ribeiro, a ideia de descontinuidade, se define através do que Marx chama de diferença essencial.

Com o seu conceito de modo de produção, que só alcança seus sentidos ao se especificar – enquanto m. p. capitalista, m. p. feudal, etc. – a história das

sociedades é concebida enquanto sucessão de modos de produção essencialmente diferentes, ou seja, enquanto história de diferenças essenciais (RIBEIRO, 2012),

Dessa forma, em Marx, a história é descontínua, já que a diferença essencial se produz como uma nova ordem, por meio de uma transformação profunda, ou “revolução social”, conforme os termos de Marx (RIBEIRO, 2012).

A teoria marxista tem como suportes principais o idealismo de Friedrich Hegel (1770-1831), o materialismo filosófico francês do século XVIII e a economia política inglesa do começo do século XIX (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 154). Para o marxismo, a particularidade principal de qualquer sociedade está no modo de produção em que esteja inserida, seja escravista, feudal ou capitalista, que, de acordo com a teoria, sofre variações com a história a ponto de determinar as relações sociais.

Por meio do processo produtivo, os homens instituem as condições próprias para a sua existência. A história passaria, então a ser, o resultado das lutas entre os interesses das distintas classes sociais. O conflito somente acabaria a com a implantação de uma sociedade comunista, esta idealizada como igual e justa para todos. Haveria a abolição do Estado, então não haveria divisão social nem exploração do homem pelo próprio homem através do trabalho, e cada sujeito contribuiria conforme a sua capacidade e receberia de acordo com sua necessidade.

As relações econômicas desdobram-se de modo dialético, mais precisamente, no conflito de classes. Por isso, para Marx, a história é principalmente a história das lutas de classes. O Homem passou a ter um papel mais modesto, tornando o estudo das massas a ser mais considerado. Com a apropriação da filosofia Hegeliana na perspectiva da sua dialética personificada na tríade: Tese-Antítese-Síntese,

No entanto, Marx e Engels apenas apropriaram-se da dialética de Hegel a sua "medula racional", e abandonaram o revestimento idealista hegeliano desenvolvendo a dialética, puderam dar-lhe a forma científica que conhecemos. Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática (MARX, 1996, p. 7). Em outras palavras, Marx reteve de Hegel o princípio dialético e começou a elaborá-lo no sentido da criação da dialética materialista (MARX, 1996, p. 9).

Marx explicando a diferença da dialética para o materialismo, afirma que o,

[...] método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta Para Hegel o processo do pensamento que ele converte inclusive em

sujeito com vida própria, sob o nome de ideia, é o demiurgo (criador) do real e este, a simples forma externa em que toma corpo.

Ainda de acordo com Marx, “[...] o ideal, ao contrário, não é mais do que o material, traduzido e transposto para a cabeça do homem” (1996, p. 140).

Na formulação de seu pensamento, Marx defende a ideia de que a concretização do espírito do Homem não perpassa por sua realidade, como afirmava Hegel, mas sim que tal realidade seria o “motor” que condiciona o espírito desse homem.

O pensamento marxista aponta que dentro do capitalismo, a burguesia detém o controle do capital e dos meios de produção, no caso as máquinas sua instalação e a matéria prima sendo, portanto um sistema no qual há predominância da exploração do trabalho proletariado, e esse se mantém numa situação de alienação e miséria.

A contradição é uma das principais características do sistema capitalista, e essa se configura na exploração de uma classe, ou seja, aquela que se encontra em sua própria base, no caso a classe trabalhadora, tal contradição faz com que o sistema construa o caminho para seu próprio aniquilamento.

O avanço do capitalismo conduziria a luta de classes até uma situação crítica, pois o proletariado, despojado de sua liberdade em razão do estado de exploração, iria se unir ao tomar consciência. Com o fim da burguesia, ocorreria a ascensão do proletariado e o estabelecimento da sua ditadura com fins a estabelecer o comunismo.

Nesse aspecto, “as doutrinas básicas do marxismo, formuladas entre 1846 e 1867, ostentam a inconfundível marca de seu próprio tempo” (BARRACLOUGH, 1983, p.133), coincidentemente era um tempo de modificações nas relações de trabalho instituídas pelo capitalismo e pela burguesia.

A contribuição da teoria marxista foi de grande importância para as novas perspectivas que foram conferidas ao processo histórico. Geoffrey Barraclough aponta que:

O marxismo, propriamente dito, foi "uma filosofia nascida no Ocidente, antes da era democrática", e tanto Marx como Engels admitiram, subseqüentemente, que os dois panfletos que contêm a essência de seus ensinamentos, *The Communist Manifesto* (1848) e *The Address to the Communist League* (1850), foram escritos numa época de ilusões e coloridos por esperanças mal fundadas (PLAMENATZ, 1954, pp. 168, 217 *apud*: BARRACLOUGH, 1983, p.133).

Por outro lado, as profundas revisões na análise dos processos históricos ocorridos no fim dos anos 20 do século XX na França culminaram com a escola dos “Annales”, mas também com as novas abordagens do pensamento marxista com as contribuições de Antônio Gramsci; dos membros da *Escola de Frankfurt*; e

posteriormente na Inglaterra, durante a década de 60 do século XX em torno de nomes como Stuart Hall, Edward Palmer Thompson, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Perry Anderson, que compuseram a chamada *New Left Review*, procurando entender o homem como um participante do processo histórico a partir de uma perspectiva cultural, estes últimos então críticos do modelo marxista que se produzia na União Soviética.

O estudo sobre as relações de trabalho desenvolvido por esses historiadores foi de fundamental importância para uma nova compreensão a respeito das sociedades industriais surgidas na Inglaterra, na Europa e no mundo durante e após o século XIX. Igualmente, a partir de uma reflexão de concepção marxista culturalista,⁶ foi possível repensar a análise histórica por meio de novos conceitos, superando, assim a visão economicista e determinista do processo histórico.

⁶ Sobre o Marxismo Culturalista ver a contribuição dos os trabalhos desenvolvidos pela escola de Frankfurt. Os estudos de Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e Theodor Adorno fazem referência ao conjunto de conceitos e ações de natureza marxista que aplica uma teoria crítica da sociedade. Antônio Gramsci também é tido como um dos precursores da teoria crítica da sociedade. A perspectiva aborda temas como: identidade cultural, etnia, gênero e família, traçam ainda estudos sobre o papel da mídia, do cinema, do teatro, das artes plásticas, e das instituições culturais que compõe a sociedade. De forma mais ampla também se refere aos múltiplos encaminhamentos do marxismo resultantes de obras com fundamentos na referida escola, bem como a série de movimentos originados a partir destas ideias. Sobre os Intelectuais e a Escola ver: (WIGGERSHAUS, 2002).

Bibliografia

- BARBOSA, Leandro Mendonça. Aspectos Teórico-Metodológicos da História e sua aplicabilidade na prática de ensino. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 235-245, dez.2009. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art17_36.pdf Acessado 20/05/2013.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar. 1975.
- BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. *Revista Territórios & Fronteiras*, vol.3, jan/jun 2010 Cuiabá: UFMT, 2010. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/viewFile/56/55>, Acessado em 20/05/2013.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004
- BARROS, José D'Assunção. *O Tempo dos Historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013
- BARROS, José D'Assunção. *Ranke: considerações sobre seu modelo historiográfico*. *Diálogos*, v. 17, n. 3, 2013.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins (Portugal): Europa-América, 1990.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paulet. *Introdução à Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. 5ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- COLLINGWOOD, R.G. *Ciência e filosofia: a ideia da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CADIOU, Françoise [et al.] *Como se faz a História: historiografia, método e pesquisa*. Petropolis: Vozes, 2007.
- DUBY, Georges. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- FONTANA, José. *A História, Biblioteca Salvat de Grandes Temas*. Rio de Janeiro: SALVAT, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- MARQUES, Juliana Bastos. Estruturas narrativas nos Anais de Tácito. *História da historiografia*. Ouro preto, número 05, setembro, 2010.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica Da Economia Política Volume I, Livro Primeiro O Processo De Produção Do Capital Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII)* São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção: Os economistas).
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2005.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- REIS, Jose Carlos. O historicismo e a redescoberta da História. *Revista Locus*, Volume 8 Número 1 – jan.-jun. 2002 Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/15.pdf>, Acessado 20/01/2013.
- RIBEIRO, Flavio Diniz. *Era Marx Evolucionista?* Disponível em www.unicamp.br/cemarx/.../comunicações/GT1/gt1m5c4.pdf, Acesso em, 12/11/2012.
- SENKO, Elaine Cristina. Ibn Khaldun (1332-1406) E uma Metodologia da História que se Aplique ao Estudo da Sociedade. *Revista Litteris*, Março 2011. N. 7, Disponível em: http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/IBN_KHALDUN.pdf, Acessado em 08/01/2013.
- SHARP, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed., Brasília: Editora UNB, 1998.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *Escola de Frankfurt - História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.